

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas



Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales

DADOS DO CANDIDATO

NOME: _____
CPF: _____
ASS.: _____

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

1. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 50 questões numeradas de 1 a 50, dispostas da seguinte maneira: a) as questões de 1 a 10 são relativas à área de Língua Portuguesa.
b) as questões de 11 a 50 são relativas à área de Conhecimentos em Legislação.
2. Confira se o seu CADERNO DE QUESTÕES contém a quantidade de questões e se essas questões estão na ordem mencionada na instrução anterior. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique ao aplicador da sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões, há apenas uma alternativa correta. Leia cuidadosamente as questões e marque a resposta correta na FOLHA DE RESPOSTAS.
4. O tempo disponível para fazer a prova é de (2) duas horas. Ao concluí-la entregue o CADERNO DE QUESTÕES e o FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal.
5. Reserve tempo para o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS, não será concedido tempo adicional para o seu preenchimento.
6. Preencha a FOLHA DE RESPOSTAS com caneta de tinta azul ou preta. Cada candidato tem direito a apenas uma FOLHA DE RESPOSTAS.
7. Assine a lista de frequência que será passada pelo Fiscal com assinatura similar ao seu documento de identificação. Mantenha seu documento de identificação sobre a mesa para que o Fiscal possa comparar a similaridade da assinatura realizada no ato da prova.
8. As provas devem ser feitas individualmente e sem consulta. Qualquer tentativa de fraude implicará o cancelamento de sua inscrição.
9. Preencha corretamente os espaços destinados às respostas corretas na FOLHA DE RESPOSTAS. Evite rasuras, marcações incorretas, assinalar mais de uma alternativa na FOLHA DE RESPOSTAS, pois a resposta não será considerada.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

Língua Portuguesa

1. Assinale a alternativa incorreta quanto à concordância verbal:

- a) Ainda que sobreviesse o problema, a solução estaria pronta.
- b) Após anos de desaparecimento, a senhora reouve o seu relógio.
- c) Sem que se indispusesse com seu locador, o locatário rescindiu o contrato.
- d) Tratavam-se de questões primordiais para o estudo.
- e) Atualmente, ler, estudar e trabalhar é a atividade do seu dia.

2. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas, na sequência correta e de acordo com as normas de concordância verbal:

“_____ anos que os pergaminhos de aramaico _____ nas prateleiras sem que nenhum dos pesquisadores os _____. Depois de uma vitória, a equipe de técnicos os _____ e lhes _____ a importância devida.”

- a) haviam, mofavam, manuseasse, identificaram, atribuíram
- b) havia, mofavam, manuseasse, identificou, atribuiu
- c) havia, mofavam, manuseasse, identificaram, atribuíram
- d) haviam, mofava, manusessem, identificou, atribuiu
- e) havia, mofava, manusessem, identificou, atribuiu

3. Assinale a alternativa que preenche adequadamente as lacunas nas frases abaixo, respectivamente, quanto à concordância nominal.

I – Após leitura atenta, os orientadores notaram que ortografia e formatação estavam _____.

II – À carta de intenção estava _____ o conjunto de requerimentos.

III - _____ as partes, o julgador passou à sua manifestação.

IV – Os objetos e a réplica _____ foram desconsiderados do processo.

- a) inadequadas – anexo – ouvidas - apresentados
- b) inadequadas – anexa – ouvidas – apresentado
- c) inadequados – anexo – ouvidas – apresentados
- d) inadequados – anexa – ouvida – apresentado
- e) inadequados – anexa – ouvidas – apresentados

Leia o trecho abaixo para responder às questões seguintes

Quem está interessado em ter um bicho de estimação precisa ter em mente que ele não é um brinquedo. É um compromisso para toda a vida do animal. Os animais são seres sencientes, ou seja, eles sentem dor, medo, saudade, alegria e tristeza. Eles são parte da família e, assim como as crianças, precisam de amor e cuidados.

Pensando nisso, a Coordenadoria de Saúde e Proteção ao Animal Doméstico (COSAP) reuniu as regras básicas que devem ser seguidas pela família que decide ter um animal de estimação, a fim de garantir a saúde física e mental, a segurança e o bem-estar do novo membro da família, seja ele gato, cachorro, peixe, pássaro ou até mesmo um animal de fazenda.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

(...)

Não dê animais como presente, **já que muitas vezes a família não está preparada para receber um bichinho (1)**. Se for levar para a sua casa pense: Todo mundo gosta e quer a presença dele?

Também é preciso estar ciente **que o animal traz despesas com alimentação, cuidados veterinários, de higiene, entre outros (2)**. Por isso é fundamental que o orçamento familiar seja considerado. Bater nem pensar. O tutor responsável socializa seu animal com brincadeiras e exercícios diários. Eduque com amor.

(...)

Não permita que animais saiam para a rua desacompanhados. Cuidado com as fugas! Portão sempre fechado; cuidado redobrado. Mesmo que o animal fique dentro de casa, é importante manter uma plaqueta de identificação presa a coleira. O ideal é que ela tenha também um telefone para contato. Quem ama cuida e protege!

06.05.2019 Prefeitura de São Paulo – Secretaria Especial de Comunicação: “Guarda Responsável, tudo começa com consciência”

(<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/guarda-responsavel-tudo-comeca-com-consciencia>)

4. De acordo com o trecho acima reproduzido, assinale a alternativa que apresenta a interpretação incorreta.

a) O texto se volta a instruir pessoas que sejam tutores responsáveis por animais e pessoas que desejam ter um bicho de estimação.

b) A frase “Bater nem pensar”, contida no texto, demonstra o uso de um recurso de linguagem de intensidade para reforçar a ideia central: a expressão ‘nem pensar’ implica que sequer poderia o indivíduo pensar em fazer determinada ação.

c) O texto exibe um conjunto de medidas que devem ser adotadas por pessoas que desejam ter um animal de estimação e por aquelas que já os têm.

d) Não se encontra dentre as instruções e esclarecimentos sobre animais de estimação a preocupação com o orçamento familiar.

e) Os animais não devem ser considerados como objetos de diversão e a decisão de ter um animal de estimação deve levar em conta vários elementos, como a disponibilidade financeira e de tempo da nova família.

5. Há um conjunto de verbos no texto acima reproduzido que está sublinhado (não dê, pense e edueque). Os verbos destacados detêm uma característica em comum, todos estão flexionados no mesmo modo verbal. Assinale a alternativa abaixo que descreve esse modo verbal e que estabelece corretamente suas relações textuais.

a) O modo verbal em questão é o indicativo, modo que expressa uma ação real e precisa, com possibilidade real de realização. Os verbos sublinhados no texto representam ações que já aconteceram, o autor apenas está descrevendo ações já ocorridas no passado.

b) O modo verbal em questão é o imperativo, modo que expressa uma ordem, um pedido ou um conselho. O autor está expressando conselhos através do uso dos verbos e, no texto, os verbos empregados no imperativo indicam ações que o autor aconselha ou desaconselha os tutores responsáveis por animais a fazer ou deixar de fazer.

c) O modo verbal em questão é o indicativo, modo que expressa uma ação real e precisa, com possibilidade real de realização. O autor está expressando ações que ocorrem e, no texto, os verbos se referem às ações que os tutores responsáveis por animais fazem com recorrência.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

d) O modo verbal em questão é o imperativo, modo que expressa uma ordem, um pedido ou um conselho. O autor está expressando ações que não ocorrem e, no texto, os verbos necessariamente se referem às ações que os tutores responsáveis por animais não deveriam fazer.

e) O modo verbal em questão é o subjuntivo, modo que expressa uma ação possível, que ainda não foi realizada. Os verbos sublinhados no texto estão no subjuntivo porque indicam uma dúvida do autor, uma ação que ainda pode ser realizada.

6. No trecho acima reproduzido, há duas orações em negrito, numeradas (1) e (2). Considerando-se o texto e as orações (1) e (2), analise as afirmativas abaixo:

I. A oração (1) contém uma relação de condição, a conjunção já que poderia ser substituída pela conjunção se.

II. A oração (1) contém uma relação de causa, a locução já que poderia ser substituída pela locução porque.

III. A oração (2) completa o nome ciente, complementando o seu sentido.

IV. A oração (2) completa o verbo ser, sendo o complemento de preciso.

V. A oração (2) não está plenamente de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, uma vez que o nome “ciente” exige a regência ‘de’, logo, o correto seria: “é preciso estar ciente de...”

Assinale a alternativa que contém as afirmativas corretas:

- a) I, IV e V.
- b) II, IV e V.
- c) II, III e V.
- d) I, III e V.
- e) II, III e IV.

Leia o trecho abaixo para responder às questões seguintes

A população idosa usuária de serviços públicos, representantes da sociedade civil de entidades e organizações de defesa dos direitos da pessoa idosa, profissionais e executivos que atuam na área, representantes de universidades e dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo participam, nos dias 6, 7 e 8 de maio (segunda a quarta-feira), da 5.^a Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa. O evento será realizado no Palácio das Convenções do Anhembi.

O objetivo é propor políticas públicas para uma metrópole de 12 milhões de habitantes, **cujo** percentual de pessoas idosas aumenta a cada ano. Em 1980, a população idosa representava 6,33% do total da população de São Paulo. Segundo dados do censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), **esse** percentual subiu para 11,89% da população, ou pouco mais de 1,4 milhão das 12 milhões de pessoas que vivem em São Paulo. Em 2050, a previsão é que haja no mundo um número maior de pessoas com mais de 60 anos do que crianças e jovens até 15 anos (dados do Fundo de Populações das Nações Unidas). Atualmente, no Brasil, a população de pessoas idosas mais do que dobrou em relação a 1991.

A Conferência Municipal pretende sensibilizar as instituições, a sociedade e as pessoas idosas sobre a importância da participação social na construção de políticas públicas **que** promovam o respeito, a inclusão social e consolidação dos direitos da população idosa na cidade de São Paulo. Políticas públicas que permaneçam além dos governos e **se** transformem em metas de Estado.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

Durante três dias, será debatido, como tema principal do evento, “Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas”, sob o prisma de quatro pontos temáticos: Direitos Fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas; Educação, assegurando direitos e emancipação; Enfrentamento da violação dos direitos humanos da pessoa idosa; conselhos de direitos e o papel **destes** na efetivação do controle social, geração e implementação de políticas públicas.

03.05.2019 Prefeitura de São Paulo – Secretaria Especial de Comunicação: “Atenção ao idoso será tema de conferência no Anhembi”

(<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/atencao-ao-idoso-sera-tema-de-conferencia-no-anhembi>)

7. De acordo com o trecho acima reproduzido, assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta do texto.

- a) De acordo com o texto, o percentual da população idosa permaneceu estável entre 1980 e 1991, mas aumentou deste ano até 2010.
- b) Em 2050, estima-se que a população de crianças e jovens até 15 anos inferior àquela de pessoas acima de 60 anos.
- c) A importância do desenvolvimento de políticas públicas para a população idosa é exclusivamente imediata, dividindo-se nos quatro eixos apresentados no texto.
- d) De acordo com o texto, a população idosa duplicou sua parcela da sociedade mundial desde 1991.
- e) Segundo o IBGE, a população idosa na cidade de São Paulo triplicou desde 1980.

8. No texto há algumas palavras grifadas e negritadas, todas desempenham a mesma função sintática de substituir um termo ou uma

expressão, ou seja, são pronomes. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego de tais pronomes no texto.

- a) O pronome **esse** se refere aos dados do censo do IBGE de 2010.
- b) O pronome **se** faz referência aos direitos da população idosa.
- c) O pronome **que** se refere à Cidade de São Paulo, constante da sentença anterior.
- d) O pronome **cujos** demonstra relação de pertencimento e conecta o termo percentual ao termo políticas públicas.
- e) O pronome **destes** faz referência à expressão conselhos de direitos.

9. A ambiguidade se caracteriza pela ausência de precisão das informações contidas em determinado texto, o que confere ao texto multiplicidade de interpretações que decorrem do emprego inadequado, ou menos determinado, da sintaxe (estrutura) ou de palavras da frase. Leia atentamente as frases abaixo:

- I. Os gestores discutiram com os servidores sobre seu trabalho.
- II. Os moradores viram o desabamento do prédio ao lado.
- III. A mãe encontrou o filho no seu quarto.
- IV. As gestões que fiscalizam frequentemente são mais eficientes.
- V. Na placa se lia: ‘Não atendemos sem camisa’.

Dentre as frases acima, a ambiguidade está presente em:

- a) I, III e V.
- b) II, III e V.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

c) III, IV e V.

d) I, II e III.

e) todas as frases contêm elementos ambíguos.

10. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que esteja de acordo com a norma padrão de língua portuguesa:

a) Tendo sido encerrado a audiência pública, procederam os vereadores à votação a portas fechadas.

b) A diluição dos reagentes a trinta graus comprovaram a possibilidade de novos tratamentos serem realizado pela Companhia de Água e Esgoto.

c) À comunidade foi disponibilizado o serviço de transporte de pertences haja vista o necessário esvaziamento da edificação avariada pelo curto-circuito em instalações elétricas.

d) Potencialmente perigoso pelo alto grau de dependência, os opióides sintéticos podem amenizar as dores de pacientes terminais.

e) Fartas de políticas organizacionais incompletas, a maioria das mulheres trabalhadoras afirmam que não sente segurança financeira ao engravidar.

Legislação Federal Diversa

11. Conforme o artigo 1º da Lei 8.142/90, a Conferência de Saúde deve se reunir:

a) A cada 6 meses.

b) Todos os anos.

c) A cada 2 anos.

d) A cada 4 anos.

e) A cada 3 anos.

12. Conforme a Lei 8.080/90, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições:

a) Definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde.

b) Administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em quatro anos por meio do PPA.

c) Julgamento do nível de saúde da população e das suas condições culturais.

d) Centralização na União do sistema de informação de saúde dos estados e municípios, proibindo que estados e municípios tenham sistemas próprios.

e) Uso de normas técnicas internacionais em detrimento da elaboração dessas normas pelos entes da federação.

13. Conforme a Lei 8.080/90, compete a direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS):

a) Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substancias que não são do interesse para a saúde.

b) Não participar na execução da política nacional e produção de insumos e equipamentos para a saúde, em articulação com os demais órgãos governamentais já que isso deve ser deixado à iniciativa privada sempre.

c) Atribuir a identificação dos serviços estaduais e municipais de referência nacional aos próprios entes da federação, nunca realizando a integração dos entes no que diz respeito à saúde, como forma de proteção a independência federativa.

d) Promover a centralização na União de todos os serviços e ações de saúde.

e) Acompanhar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, respeitadas as competências estaduais e municipais.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

14. Para receberem os recursos de que trata o art. 3º da Lei 8.142/90, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal NÃO deverão contar com:

- a) Fundo de Saúde.
- b) Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), previsto o prazo de dois anos para sua implantação.
- c) Plano de saúde.
- d) Contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento.
- e) Conselho de Saúde sem composição paritária, diante da prioridade que deve ser dada à classe médica na elaboração da política de saúde.

15. Conforme a Lei 8.142/90, os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) NÃO serão alocados como:

- a) Investimentos em educação, alimentação, mobilidade, segurança e saneamento básico que tenham impacto direto na melhoria da saúde da população.
- b) Despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta.
- c) Investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional.
- d) Investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde.
- e) Cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

16. A Lei 8.142, de 1990, em seu artigo 1º, afirma que as instâncias colegiadas são:

- a) Somente o conselho de saúde.
- b) Somente conferência de saúde.
- c) Conselho de saúde e conferência saúde.
- d) Fóruns e movimentos sociais,
- e) Audiências públicas e orçamento participativo da saúde.

17. Conforme a Lei 8.080/90, podemos afirmar que:

- a) Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação devem ser popularizados.
- b) O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).
- c) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- d) São informações dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- e) O piso salarial deve ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

18. Conforme a Lei 8.742/90, a gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas). Entre seus objetivos não consta:

- a) Consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva.
- b) Integrar, exclusivamente, a rede privada de serviços, priorizando sempre a criação de OS's.
- c) Estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social.
- d) Definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais.
- e) Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social.

19. Conforme a Lei 8.742/90, a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) A proteção ao indivíduo, à maternidade, à infância, e à velhice, com exceção à adolescência.
- b) O amparo a todas as crianças e adolescentes, independente da condição social e financeira familiar.
- c) Priorização de programas assistências ao invés de integração no mercado de trabalho.
- d) A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

e) A garantia de 10 (dez) salários-mínimos de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

20. Conforme a Lei 8.742/90 não compete ao Conselho Nacional de Assistência Social:

- a) Aprovar a Política Nacional de Assistência Social.
- b) Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social.
- c) Garantir que o acompanhamento e fiscalização do processo de certificação das entidades e organizações de assistência social seja atributo exclusivo dos tribunais de contas.
- d) Apreciar relatório anual que conterà a relação de entidades e organizações de assistência social certificadas como beneficentes e encaminhá-lo para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.
- e) Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social.

Estatuto da Criança e do Adolescente

21. Com base nas disposições preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) leia as alternativas abaixo e assinale a sentença INCORRETA.

- a) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

b) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

c) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

d) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e quatro anos de idade.

e) Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

22. De acordo com a Lei 8.069/90 (ECA) a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Em seu art. 16 há a explicitação dos aspectos que devem ser observados e garantidos no que tange o direito à liberdade. De acordo com esse artigo leia as alternativas abaixo e assinale a INCORRETA.

a) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.

b) Opinião e expressão; crença e culto religioso.

c) Brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida política, na forma da lei.

d) Buscar refúgio, auxílio e orientação.

e) Participar da vida familiar e comunitária, exceto em caso de proibição parental expresso em documento oficial reconhecido em cartório.

23. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. O artigo 18-B do ECA (8.069/90) relaciona as medidas a que estão sujeitos os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina. Leia abaixo as sentenças e assinale a alternativa que corresponde a análise correta.

I - prisão em regime semiaberto por período mínimo de 6 meses;

II - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

IV – advertência;

V - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

- a) Todas estão corretas
- b) Somente a III esta correta
- c) Somente a I esta incorreta
- d) I, II e V estão incorretas
- e) II, IV estão incorretas

24. Com base na Lei 8.069/90 (ECA) em seu capítulo III que dispõe sobre o Direito a Convivência Familiar e Comunitária leia as alternativas abaixo e selecione a alternativa INCORRETA:

- a) O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.
- b) A condenação criminal do pai ou da mãe implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.
- c) Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
- d) A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.
- e) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder familiar.

25. O art. 53 da Lei 8.069/90 (ECA) diz que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” Para que esse direito se efetive o artigo prevê que seja assegurado um conjunto de condições que encontram-se listadas em cinco Incisos que completam o artigo. Com base na escrita literal do artigo leia as sentenças, classifique cada uma delas como Verdadeira ou Falsa e escolha a alternativa que representa a classificação correta:

() igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

() direito de ser respeitado por seus educadores;

() acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência, desde que haja vaga na mesma.

() direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

() direito de organização e participação em entidades estudantis, desde que devidamente autorizados pela gestão escolar;

a) V,V,V,F,F

b) F,V,V,F,V

c) V,V,F,V,F

d) V,F,F,V,F

e) V,V,F,V,V

26. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, estabelece que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. Com base nessa afirmação, qual alternativa abaixo é a correta:

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

- a) Somente os Municípios deverão atuar na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico.
- b) As famílias com crianças e adolescentes com deficiência terão prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção.
- c) Promover eventualmente a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante.
- d) Os únicos órgãos responsáveis na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente são Conselho Tutelar e a Defensoria Pública.
- e) É de única responsabilidade no apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente as entidades não governamentais.

27. Seguindo as determinações impostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, é expressamente vedada às crianças e aos adolescentes quanto a:

- I. Armas, munições e explosivos
- II. Hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congêneres em hipótese alguma
- III. Bilhetes lotéricos e equivalentes
- IV. Bebidas alcoólicas e energéticas

Assinale a alternativa correta.

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III

- d) II e IV
- e) III e IV

28. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, no artigo 88, estabelece quais são as diretrizes da política de atendimento. Assinale abaixo a alternativa correta.

- a) Criação de conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, órgão consultivo das ações no nível municipal
- b) Criação e manutenção de programas difusos, observada a devida responsabilidade político-administrativa do ente participante
- c) Municipalização do atendimento
- d) Manutenção de fundos municipais vinculados aos respectivos Conselhos Tutelares
- e) Fomento e avaliação técnica de pesquisas sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência

29. De acordo com o Capítulo V da Lei 8.069/90 (ECA) que dispõe sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho leia as sentenças abaixo e assinale a INCORRETA:

- a) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- b) Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, não são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- c) A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

d) Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

e) Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

30. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. De acordo com a Lei nº 8.069/1990, art. 87, leia as sentenças abaixo e assinale a alternativa que corresponde corretamente as linhas de ação dessa política de atendimento.

I - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

II - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

III - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

IV - políticas e programas destinados a promover de forma permanente o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar quando a família for denunciada ao Conselho Tutelar.

- a) I e II estão incorretas
- b) III esta incorreta
- c) IV esta correta
- d) I, II e III estão corretas
- e) Todas estão corretas

Direito Constitucional

31. Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com o artigo 3º da Constituição Federal, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c) Garantir o desenvolvimento nacional.
- d) Preservar e garantir a unidade das crenças e valores comuns da nação.
- e) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

32. Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com o artigo 6º da Constituição Federal, são direitos sociais:

- a) A saúde.
- b) A educação.
- c) A previdência social.
- d) A alimentação.
- e) A relativização, em todos os casos, do devido processo legal.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

33. Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com o artigo 204 da Constituição Federal, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- a) O amparo às crianças e adolescentes carentes.
- b) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- c) A manutenção da moral e ordem pública.
- d) A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- e) A promoção da integração ao mercado de trabalho.

34. Entre os direitos sociais, a Constituição Federal garante os direitos dos trabalhadores. Todas as afirmativas abaixo estão corretas, EXCETO:

- a) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- b) Garantia de salário, que pode ser inferior ao mínimo, quando fruto de acordo ou convenção coletiva.
- c) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.
- d) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultadas a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- e) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

35. Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com o artigo 206 da Constituição Federal, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- a) Valorização dos profissionais da educação escolar na forma da lei, desde que demonstrada a utilidade imediata do objeto de ensino.
- b) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- c) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- d) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- e) Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

36. Sobre planejamento e orçamento, a Constituição Federal de 1988 estabelece que são leis de iniciativa do poder executivo aquelas que estabelecem:

- a) Plano diretor, ocupação do solo e diretrizes orçamentárias.
- b) Estatuto da cidade, lei orgânica e plano plurianual.
- c) Plano plurianual, diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- d) Operações de crédito, créditos adicionais e zoneamento urbano.
- e) Alíquotas tributárias e plano de cargos e salários.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

37. A lei que instituir o plano plurianual deve estabelecer:

- a) De forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração.
- b) O relatório resumido de execução orçamentária.
- c) A orientação para elaboração da lei orçamentária anual.
- d) O demonstrativo de efeitos de isenções e anistias.
- e) As normas de gestão financeira e patrimonial.

Lei da Transparência e do Acesso à Informação

38. No que se refere à Lei de Acesso a Informação e suas diretrizes, um dos destaques pode ser dado ao Inciso I do Artigo 3. Leia as alternativas abaixo e selecione a que preenche respectivamente as lacunas do texto, tomando por base a literal redação da lei.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como _____ e do sigilo como _____;

- a) exceção; regra
- b) impossibilidade; possibilidade
- c) regra; desvio
- d) preceito geral; exceção
- e) nula, previsão

39. De acordo com o Portal de Acesso à Informação do Governo Federal a Transparência Passiva é a disponibilização de informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica. A Lei de Acesso à Informação em seu Capítulo III Seção I denominada “Do Pedido de Acesso” define quem pode solicitar acesso às informações públicas produzidas ou custodiadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública. Com base no artigo 10 da LAI leia as alternativas abaixo e assinale a INCORRETA.

- a) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º da Lei de Acesso a Informação.
- b) O pedido de acesso deve vir acompanhado da identificação do solicitante, bem como de justificativa devida explicitando os motivos de interesse pela informação requerida.
- c) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- d) Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
- e) São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

40. A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Violações estas que aconteceram no Brasil e no exterior, praticadas por "agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado" brasileiro.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

O acesso às informações necessárias para o trabalho desta comissão esta assegurado e amparado pela Lei de Acesso a Informação, em especial pelo artigo 21. Leia as alternativas abaixo e assinale aquela que corresponde exatamente à redação dada a este artigo:

- a) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- b) O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.
- c) A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.
- d) A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência do Presidente da República.
- e) É instituída a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas.

41. De acordo com o Art. 24 da Lei 12.527/11, o prazo máximo de restrição de acesso à informação ultrassecreta é de:

- a) 10 (dez) anos.
- b) 15 (quinze) anos.
- c) 5 (cinco) anos.
- d) 25 (vinte e cinco) anos.
- e) 50 (cinquenta) anos.

42. A Lei de Acesso à Informação traz como uma de suas diretrizes a publicidade como seu princípio geral e prevê o sigilo como uma exceção. O artigo 23 da LAI vai justamente se debruçar sobre quais as situações em que há a previsão de sigilo da informação. Leia as alternativas abaixo e assinale a que NÃO corresponde a uma situação onde a informação pode ser enquadrada em uma situação de sigilo.

- a) Pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional.
- b) Prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional.
- c) Oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.
- d) Comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.
- e) Informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos.

Decreto Municipal (Conselhos Participativos)

43. O Conselho Participativo Municipal decorre de um longo processo para a institucionalização da participação social na cidade de São Paulo. Conforme descrito no Decreto nº 56.208/2015, qual alternativa abaixo representa atribuição do Conselho Participativo Municipal.

- a) Colaborar no planejamento, mobilização, execução, sistematização e acompanhamento de audiências públicas e outras iniciativas de participação popular no Executivo.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

b) Buscar junto as Secretarias Municipais a resolução das demandas particulares dos conselheiros participativos municipais e quando se tratar de interesse do cônjuge ou de parente até segundo grau.

c) Sobrepor e intervier nas funções dos mecanismos de representação da sociedade civil e de controle social do Poder Público já existentes, tais como fóruns.

d) Manter um canal próprio de comunicação com os servidores públicos de equipamentos públicos municipais da cidade de São Paulo, visando esclarecimentos da condução das políticas públicas implementadas no local.

e) Monitorar em todo o território da cidade a execução orçamentária e a proposição de novos indicadores de desempenho dos serviços públicos.

44. O processo de escolha dos conselheiros participativos da cidade de São Paulo ocorre por meio de eleição. Segundo o Decreto nº 56.208/2015, elenca uma série de itens para que o candidato seja considerado apto a concorrer à eleição do Conselho Participativo Municipal.

Quais dos itens abaixo são requisitos necessários para que o candidato seja considerado apto:

I. seja membro da Comissão Eleitoral Central ou Local.

II. seja candidato a outro Conselho Participativo Municipal.

III. maior de 18 (dezoito) anos, residente na área da respectiva Prefeitura Regional e dentro de seu respectivo distrito, para o qual se pretende candidatar.

IV. que não tenha antecedentes criminais, conforme certidão expedida pelos órgãos competentes.

Alternativa correta é:

a) Somente I e II

b) Somente II e III

c) Somente III e IV

d) Somente II e IV

e) Somente II, III e IV

45. Conforme o Decreto 56.208/15, cada Comissão Eleitoral Local será composta, integrada e presidida pelo Subprefeito ou por pessoa por ele designada, em número total de 5 (cinco) membros, todos maiores de 18 (dezoito) anos, assegurada a participação de representantes da sociedade civil local, não podendo os indicados:

I - estar no exercício de mandato parlamentar de qualquer natureza.

II - vir a se inscrever como candidato para qualquer Conselho Participativo Municipal em qualquer Subprefeitura.

III - fazer ou vir a fazer parte de mais de uma Comissão Eleitoral Local.

IV - fazer parte do Conselho Participativo Municipal em exercício.

A alternativa correta é:

a) Somente I e II.

b) Somente I, III e IV.

c) Somente II e III.

d) Somente II e IV.

e) I, II, III e IV.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

46. Conforme o Decreto n° 56.208/2015, que regulamenta os Conselhos Participativos do âmbito do município de São Paulo, em quais casos o conselheiro participativo municipal perderá o mandato:

I. Deixar de comparecer, injustificadamente ou não, a mais de 5 (cinco) reuniões plenárias consecutivas.

II. Passar a ocupar cargo em comissão no Poder Público Federal, Estadual e Municipal.

III. Passar a exercer mandato eletivo nos Poderes Executivo ou Legislativo, excetuada a participação em outros órgãos colegiados criados pela legislação municipal, estadual ou federal.

V. Sofrer condenação criminal ou sentença transitada em julgado que implique restrição à liberdade de locomoção.

A alternativa correta é:

a) Somente I e II.

b) Somente I, III e IV.

c) Somente II e III.

d) Somente II e IV.

e) Somente II, III e IV.

47. Os Conselhos Participativos do município de São Paulo seguem a regulamentação do Decreto n° 56.208/2015. Com base nessa regulamentação, qual alternativa abaixo se apresenta correta.

a) É previsto aos conselheiros o recebimento de vantagem pecuniária pelo desempenho de suas funções.

b) As reuniões do Conselho Participativo Municipal serão públicas e ocorrerão com intervalo máximo de 15 (trinta) dias.

c) Anualmente, deverá o Conselho ouvir, em plenária, associações, movimentos sociais, outros conselhos e organizações não governamentais.

d) É assegurada a possibilidade aos conselheiros de uma única reeleição consecutiva.

e) O mandato de cada conselheiro será de 3 (três) anos, com início no primeiro dia útil após a cerimônia de posse.

Estatuto da Cidade

48. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Podemos dizer que não é uma diretriz geral da política urbana:

a) A garantia do direito a cidades sustentáveis.

b) A gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

c) Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

d) Priorização de empreendimentos privados em detrimento de equipamentos públicos, em cumprimento com o direito de propriedade e exclusão da função social.

e) Planejamento do desenvolvimento da cidade.

Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas

49. Para a elaboração do plano diretor é necessária a garantia de:

- a) Promoção de audiências públicas e debates. Além disso, deve ser dada publicidade dos documentos e informações para qualquer interessado.
- b) Alinhamento ao Plano Plurianual de Ações, sendo que as diretrizes do plano diretor devem se concretizar na forma de atividades e projetos com dotações orçamentárias.
- c) Ligação com o orçamento participativa, sendo esse elemento constitucional obrigatório do sistema orçamentário brasileiro.
- d) Modificação à Lei orgânica Municipal, que deve se alterar completamente sempre que se tem um novo plano diretor.
- e) Previsão de obras de engenharia e de infraestrutura que garantam o aumento do emprego e crescimento do produto, em concordância com os objetivos macroeconômicos.

50. A Constituição Federal de 1988 prevê a função social da propriedade como princípio da ordem econômica. Segundo o Estatuto da cidade a propriedade urbana cumpre sua função social quando:

- a) Assegura a emissão e distribuição de valores mobiliários e a negociação e intermediação no mercado de valores.
- b) Cumpre com o crescimento do produto impactando diretamente no aumento do PIB e garantindo entre outras coisas a melhora no grau de confiança de investidores no país.
- c) Estabelece o direito de propriedade como inalienável, respeitando as novas tendências econômicas, políticas e jurídicas que se consolidam com a queda do muro de Berlim, ascensão da globalização e estabelecimento da nova ordem mundial.
- d) Garante que as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, não serão objeto de limitação.
- e) Atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.